

Agronegócio e agricultura familiar: interesses econômicos e abastecimento interno em debate

Agribusiness and family farming: economic interests and domestic supply under debate

Maria Alécia Michelle Ferreira de Lima de Souza* 

Sheyla Suely de Souza Silva** 

RESUMO

Este artigo discute sobre a agricultura familiar e o agronegócio, com o objetivo de analisar as inflexões do ultraneoliberalismo sobre as históricas desigualdades entre esses dois setores, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. Pautada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa foi conduzida através de revisão teórico-bibliográfica e análise documental, com vistas a apreender como as desigualdades já existentes entre esses setores foram inflexionadas pela conjuntura ultraneoliberal e pandêmica. Os resultados evidenciam que a expropriação de terras dos trabalhadores do campo é recorrente na realidade brasileira e que, comprometidos com uma política agrária voltada para o mercado externo, a burguesia e o Estado privilegiam o agronegócio e subalternizam a agricultura familiar, a qual busca superar as precárias condições objetivas e, se contrapondo à agricultura convencional, faz manuseio reduzido de agrotóxicos; oferece, muitas vezes, melhores condições de trabalho no campo e abastece o mercado interno, fornecendo alimentação para a população brasileira.

Palavras-chave: Ultraneoliberalismo. Pandemia de Covid-19, Agricultura Familiar, Agronegócio, Questão Agrária.

ABSTRACT

This article discusses family farming and agribusiness, with the aim of analyzing the inflections of ultra-neoliberalism on the historical inequalities between these two sectors, especially in the context of the Covid-19 pandemic. Based on dialectical historical materialism, the research was conducted through a theoretical-bibliographic review and document analysis, with a view to apprehending how the already existing inequalities between these sectors were inflected by the ultra-neoliberal and pandemic conjuncture. The results show that the expropriation of land from rural workers is recurrent in the Brazilian reality and that, committed to an agrarian policy aimed at the foreign market, the bourgeoisie and the State privilege agribusiness and subordinate family farming, which seeks to overcome the precarious objective conditions and, in opposition to conventional agriculture, reduces pesticide handling; It often offers better working conditions in the fields and supplies the domestic market, providing food for the Brazilian population.

Keywords: Ultraneoliberalism. Covid-19 Pandemic. Family Farming. Agribusiness. Agrarian Question.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.79801>

*Universidade Estadual da Paraíba.

E-mail: maria.michelle@aluno.uepb.edu.br.

**Universidade Estadual da

Paraíba. E-mail: sheyla.suely@servidor.uepb.edu.br.

COMO CITAR: SOUZA, M. A. M. F. L. de; SILVA, S. S. S. Agronegócio e agricultura familiar: interesses econômicos e abastecimento interno em debate. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 85-100, maio/ago, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.79801>

Recebido em 26 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 08 de março de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



Introdução

Resultado de nossos estudos e orientações no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, este artigo tem aporte no materialismo histórico-dialético e estabelece diálogo com a literatura científica especializada, tendo como procedimentos a revisão teórico-bibliográfica e a análise documental de censos e relatórios agrários. O artigo discute a correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio, sob as inflexões do ultraneoliberalismo, no contexto da pandemia de Covid-19, com o objetivo de capturar os efeitos do ultraneoliberalismo sobre as históricas discrepâncias entre a agricultura familiar e o agronegócio, considerando o agravamento desses efeitos pela recente conjuntura pandêmica.

Através das categorias heurísticas da totalidade, da contradição e da historicidade, encontramos na acumulação primitiva do capital, na colonização do país e no processo da formação social brasileira, os determinantes dessa correlação de forças entre os setores da agricultura familiar e do agronegócio, a qual compõe a questão agrária, circunscrita na questão social no país. Cabe salientar que, no Serviço Social, é larga e consolidada a aproximação teórico-conceitual com o fenômeno da questão social e, com respaldo em Marx (2013), podemos afirmar que seus fundamentos sócio-históricos e econômicos se encontram na fase da acumulação primitiva do capital, com sua ofensiva brutal de expropriação primária e na Lei Geral da Acumulação do Capital, com suas ofensivas de exploração do trabalho e de configuração da superpopulação relativa. Ofensivas essas reproduzidas e complexificadas até os dias contemporâneos e evidenciadas desde o início da fase monopólica do capital, através do protagonismo dos trabalhadores urbanos no cenário político da luta de classes, ao demandarem a intervenção do Estado sobre as expressões da questão social que os assolavam.

Nesse percurso teórico-metodológico, identificamos a colonização, o latifúndio, a escravização e, no âmago desses eventos, a violência brutal no campo, como determinantes da questão agrária e da correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio, na particularidade da economia brasileira, dependente e periférica. Dito de outra forma, no Brasil, a questão agrária se define pelo conjunto de atividades que se desenvolvem no campo – tendo em vista nosso modo de produção agrícola, historicamente pautado no latifúndio – e expressa as contradições do desenvolvimento do capitalismo agrário; as quais abrangem uma série de violências e violações infringidas aos sujeitos que ali vivem e/ou trabalham e cujas relações sociais são mediadas pela disputa por acesso, propriedade e uso da terra, em decorrência da relação de exploração entre capital e trabalho e das contradições que lhe são inerentes.

A dominação da burguesia agrária sobre a classe trabalhadora do campo; a exploração do trabalho do conjunto do campesinato; a pauperização, a expropriação da própria

terra, de outros meios de produção e dos saberes dos trabalhadores rurais, povos originários e populações tradicionais podem ser indicados como principais expressões dessas contradições e disputas que compõem a questão agrária no país. Os resultados da pesquisa evidenciam que, complexificadas em novos fenômenos, essas determinações persistem até os dias atuais; se recrudesceram sob as inflexões do ultraneoliberalismo, no contexto da pandemia de Covid-19 e nos desafiam a compreendê-las como expressões da questão social e, portanto, como geradoras de demandas à intervenção qualificada do Serviço Social na realidade brasileira.

O desenvolvimento do artigo está estruturado em dois itens. No primeiro item, apresentamos as determinações históricas e as distinções teórico-conceituais e sócio-históricas entre a agricultura familiar e o agronegócio. No segundo item, analisamos as implicações e desdobramentos da fase ultraneoliberal do capital, no contexto da pandemia de Covid-19, sobre as correlações de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio.

Agricultura familiar e agronegócio: determinações históricas e distinções conceituais

Colonialismo, latifúndio e escravização são traços fundamentais para entendermos como a questão agrária brasileira se configura atualmente. Desde a acumulação primitiva do capital até a atual mundialização financeirizada, flexível e ultraneoliberal – aprofundados pelas contínuas expropriações e outros fenômenos do modo de produção capitalista –, esses traços forjam as particularidades da formação social brasileira.

Ao reportar-se à realidade inglesa dos séculos XIV a XVIII, Marx (2013) evidenciou que, para consolidar o modo de produção capitalista, a acumulação primitiva procedeu a uma violenta expropriação de terras, mediante artifícios que adentraram no campo e o fizeram capitalista, ao tempo em que expulsaram os camponeses para as cidades, proletarizando-os, com o respaldo de leis sanguinárias. Na atualidade, essas determinações se complexificaram e, além de seguir a lógica da mercantilização, privatizando a terra e expulsando suas populações originárias, o capital converte direitos coletivos duramente conquistados em propriedades privadas; proletariza alternativas autóctones de produção e consumo; mantém um comércio de seres humanos escravizados e generaliza a usura e a dívida pública (Harvey, 2014).

Para Harvey (2014), é a partir da continuidade das expropriações, aliadas às privatizações, regulações do Estado, linhas de crédito e financeirizações, que se tem, contemporaneamente, uma acumulação primitiva lapidada. Tais ofensivas contemporâneas, enquanto complexificações de suas próprias formas pretéritas, encontram no Brasil terreno fértil, posto que o país vivencia, até hoje, os traços das determinações do período colonial,

marcadamente, o latifúndio e a escravização, que constituíram o racismo estrutural como uma das múltiplas expressões da questão social no país, e que, conseqüentemente, também está entrelaçado à questão agrária.

Centrais na análise deste estudo, os latifúndios ainda impulsionam a expropriação contínua da população rural e determinam a questão agrária, desde a expropriação de terras dos povos originários, nos primórdios do capital, conforme evidencia Marx (2013), na sua “Teoria Moderna da Colonização”. A colonização no Brasil deu origem à concentração fundiária com a partilha de terras em grandes propriedades, que serviam tanto para fins produtivos quanto para manter o domínio colonial sobre o território, concomitantemente à exploração do trabalho escravo. Nas palavras de Santos (2018, p. 40), a formação sócio-histórica brasileira traz em suas raízes “[...] a colonização e invasão das terras pelos portugueses, que se apropriaram e fatiaram as terras brasileiras por meio das sesmarias”, assentando as bases da questão agrária.

Contemporaneamente, a questão agrária está expressa na reprodução permanente da concentração de grandes propriedades fundiárias improdutivas, enquanto um imenso contingente de trabalhadores rurais se encontra alijado da propriedade de terras férteis para a produção agrícola, gerando disputas, conflitos e lutas.

A estrutura agrária do Brasil, portanto, foi pautada na formação dos latifúndios, na monocultura voltada para a exportação, bem como na superexploração da força de trabalho¹, enquanto pré-requisitos do modo de produção capitalista em países dependentes e periféricos, ganhando, atualmente, novas formas de subordinação internacional, mediante a adoção do modelo produtivo do agronegócio. Esse modelo intensivo em capitais e tecnologias, pautado na monocultura e na concentração fundiária, aumenta o desemprego de trabalhadores rurais e intensifica os conflitos violentos no campo.

Assim, a escravização e o latifúndio conferiram à “superestrutura brasileira” seu caráter retrógrado, estabelecendo uma sociedade “[...] conservadora e rígida, cuja classe dominante, pela própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial” (Mazzeo, 1988 p.13). Essas especificidades da formação social brasileira determinam e reproduzem, permanentemente, a prevalência da agroexportação, em detrimento da valorização da agricultura familiar, direcionada para o mercado interno. Através da movimentação do capital internacional, a economia brasileira sempre esteve voltada à produção e comercialização de produtos agrícolas para

1 A superexploração da força de trabalho é a forma como a burguesia de países dependentes compensa a transferência de valor para as economias de capitalismo avançado, através da violação do valor da força de trabalho e/ou do seu fundo de consumo. A burguesia, especialmente a agrária, concilia as extrações de mais-valia absoluta e relativa e impõe o arrocho salarial, degradando as condições vida do trabalhador (Carcanholo, 2008).

a exportação, tornando estrutural a subordinação da economia agrária nacional aos interesses internacionais.

O Brasil exporta os maiores volumes mundiais de café, açúcar, etanol e suco de laranja e lidera as vendas externas de grãos, farelo e óleo de soja, tendo a sua produção de grãos, em especial de soja, representando a *commodity* com maior peso na balança comercial brasileira (Serafim, 2011). Para tanto, a terra foi (e é) o principal meio de produção, especialmente de *commodities*, e as expropriações de terra sempre forjaram, “com traços de sangue e fogo” (Marx, 2013, p. 787), a base do sistema capitalista. Os conflitos históricos em torno da propriedade da terra vêm, então, sendo cada vez mais tensionados na conjuntura contemporânea, com o avanço do ultraneoliberalismo, que acirra as espoliações e expropriações, principalmente nas economias dependentes. Essas tensões inflexionam as desigualdades históricas entre a agricultura familiar e o agronegócio.

Até a década de 1950, predominavam as imprecisões teóricas a respeito dos produtores rurais, sendo todos eles julgados sob a nomenclatura de camponeses. No entanto, a partir daquela década, o setor agrário passou a ter uma relação mais íntima com o sistema urbano industrial e a se confrontar com a “[...] necessidade de abastecer os centros urbanos e gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização” (Serafim, 2011, p. 10), demandando a discussão da questão agrária. Soma-se a isso o fortalecimento das lutas pelos direitos trabalhistas nas cidades, através do operariado urbano, e, no campo, o avanço da organização através das Ligas Camponesas, que encampavam a bandeira da reforma agrária. Numa conjuntura de acirramento dos conflitos classistas, tais lutas precipitaram o golpe de 1964, que promoveu a desmobilização das Ligas Camponesas, para reprimir os conflitos relativos à terra (Serafim, 2011).

Nesse contexto, muitos estudiosos deduziram, equivocadamente, que haveria um desaparecimento dos camponeses, pequenos agricultores, meeiros, caipiras, colonos etc., os quais “[...] tenderiam à conversão em mão de obra assalariada, num processo de proletarização no campo”. Entretanto, isso não se concretizou, embora tenha havido uma adequação desses produtores ao capitalismo industrial, que culminou na modernização da agricultura, pautada numa intensificação produtiva e comercial, nos moldes da “eficiência capitalista industrial” (Ghizelini; Araguão, 2019, p. 93), sem reverter, no entanto, os traços históricos das relações agrárias coloniais.

Para Oliveira (2015, p.22), essa modernização conservadora² do campo tinha como objetivo “[...] transformar a agricultura baseada em técnicas tradicionais e mé-

2 Trata-se de uma modernização capitalista sem ruptura com os traços e as forças do setor agrário colonial, conservando o latifúndio; o poderio das oligarquias agrárias, o caráter patrimonialista do Estado e o mito da “vocação agrária” do país; o que implica na manuten o da inser o subordinada do país na divisão internacional do trabalho e no desenvolvimento desigual e combinado do sistema mundial do capital (Fernandes, 2006).

todos ainda rudimentares em uma agricultura mecanizada, com a utilização de equipamentos e insumos produzidos pela indústria”. Deste modo, o capitalismo e as tecnologias se espraíram no setor agrário, descaracterizando as relações tradicionais e predominantes do camponês com o campo, com a natureza e com o calendário agrícola, ao lhe impor, por exemplo, o uso do trator, o tempo abstrato do relógio e uma nova contabilidade (Wanderley, 2003).

Wanderley (2003, p. 57) ressalta que a modernização do campo teve credenciais muito mais políticas que econômicas ou técnicas e que essa circunstância foi explicitada quando os camponeses não foram convidados para planejar e compor o projeto de modernização agrícola, supostamente por serem contrários aos seus interesses; mas os grandes latifundiários, “[...] cuja atividade agrícola sempre teve uma forte marca extensiva e predatória”, foram convidados.

Wanderley (2003) diverge dos autores que propõem a agricultura familiar como algo tipicamente novo, quando esse tipo de produção familiar tem uma história marcada por um passado camponês de lutas e não foi originada pelo Estado ou através da modernização. No mesmo sentido, afirmamos que não houve “rupturas definitivas (um rasgo de tempo do campesinato para a agricultura familiar) [...]” e sim “[...] pontos de rupturas e convergências, de continuidade entre o passado e o presente” (Ghizelini; Araguão 2019, p. 94).

De acordo com Serafim (2011), a redemocratização, em meio aos anos de 1980, recuperou as reivindicações dos movimentos sociais vinculados ao campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, com esse protagonismo, o conceito de agricultura familiar passou a ser difundido na academia, deixando de lado a caracterização de pequeno produtor, tomada apenas pelo tamanho das propriedades.

Assim, “[...] várias pesquisas acadêmicas passaram a ter como objeto de estudo a compreensão dos produtores familiares e o seu papel na estrutura político-econômica do país” (Serafim, 2011, p.12) e, na década de 1990, a categoria “agricultura familiar” passou a ser compreendida como um sujeito social, político e econômico (Ghizelini; Araguão, 2019). Serafim (2011, p. 12) propõe que, em termos gerais, a categoria agricultura familiar “[...] designa o interrelacionamento entre trabalho, terra e família numa unidade de produção”, sendo entendido que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Diferentemente da agricultura familiar, o agronegócio foi impulsionado pelo advento da modernização do campo, que ocorreu especialmente a partir do Golpe de 1964 e abrangeu o conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a

comercialização, voltando-se primordialmente para o aumento da produtividade e lucratividade e dirigindo-se prioritariamente para o mercado externo. Para isso, o agronegócio utiliza tecnologias e equipamentos intensivos; foca nas grandes monoculturas; pauta-se largamente no uso de agrotóxicos; constitui-se como um pequeno segmento “altamente capitalizado” e com significativo acesso a subsídios governamentais (Sauer, 2008, p. 8). Cabe ressaltar que esse setor está vinculado à grande burguesia agroindustrial e sua expansão desregrada das terras cultiváveis no território nacional, que amplia a fronteira agrícola, devasta o meio ambiente e intensifica a concentração fundiária, o que afeta toda a sociedade brasileira.

Debruçando-se sobre os resultados do Censo Agropecuário de 2006, Serafim (2011) explicita as correlações de forças desiguais entre a agricultura familiar e não-familiar no Brasil e nos permite perceber que - enquanto o mercado externo é o foco do agronegócio, devido aos grandes interesses econômicos da burguesia agrária - o principal destino das produções da agricultura familiar é o mercado interno.

A retórica de que “o agro é *pop*” é desvelada quando, em 2011, Serafim (2011) evidencia que, segundo o Censo Agro de 2006, o número de estabelecimentos de agricultura familiar era bem maior em relação ao agronegócio – sendo 4,4 milhões para 776 mil, respectivamente –, mas a diferença no tamanho da área cultivável dos dois setores era inversamente proporcional ao número de estabelecimentos, pois a agricultura familiar dispunha de apenas 24,3% das terras cultiváveis, enquanto a não-familiar concentrava 75,7% de área cultivável. Assim, em menos de 25% da área cultivável, a agricultura familiar respondia, em 2006, por 70% do abastecimento interno do país, chegando, efetivamente, às mesas da população brasileira; enquanto o agronegócio – dispondo de quase 76% da área cultivável – distribuía apenas 30% da sua produção para a população interna. O Censo Agro de 2017 evidencia que essas discrepâncias se ampliaram, uma vez que, nesse último censo, a Agricultura Familiar representava 76,8% do total dos estabelecimentos agropecuários e passou a ocupar apenas 23% das terras cultiváveis, mas, ainda assim, continuou responsável por 70% do abastecimento interno. Quem é “*pop*”, afinal?!

A despeito da clara importância da agricultura familiar, o agronegócio foi se estabelecendo como elemento principal da modernização da agricultura brasileira, num jogo de interesses em favor da maior concentração de capital, comandado pelo capital financeiro (Nascimento; Rodrigues; Santos, 2013). Logo, a lógica do agronegócio se torna benéfica para a burguesia agrária, tendo em vista que ele é altamente produtivo, diferentemente dos grandes e antigos latifúndios improdutivos, embora haja funcionalidade deste último aos interesses do primeiro, pois, os latifúndios tiveram um papel fundamental para a formação do nosso atual modelo agropecuário.

Ainda que improdutivo, o latifúndio e a burguesia agrária do país sempre foram beneficiados pelo aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, bem como com subvenções financeiras, subsídios e incentivos fiscais, que favoreceram a inserção tecnológica no campo, em proveito dos grandes proprietários (Sauer, 2008). Assim, para além das apropriações de terra e de recursos naturais, existem também os insumos, as novas tecnologias e o acesso ao crédito, que inviabilizam os agricultores familiares de concorrerem com o montante da produção do agronegócio.

Desse modo, a propriedade da terra improdutiva tem papel importante no monopólio da produção agrícola, pois as famílias camponesas estão sendo alvo das estratégias de expansão de terras para o agronegócio e sofrendo expropriações. O reordenamento da estrutura fundiária, com a ampliação de terras para o agronegócio, desterritorializando camponeses, indígenas e quilombolas, faz parte de uma luta histórica do capital contra os trabalhadores, renovando e desenvolvendo novas estratégias de acumulação como tendência histórica do processo de expropriação do trabalho humano. Além disso, há as expropriações dos recursos naturais, pois o agronegócio avança na trilha do desmatamento e da superexploração do meio ambiente. No lugar das matas e florestas, grandes pastos são abertos para receber gado, lavouras de soja e algodão para fazer prosperar os *commodities* dos produtos primários. Soma-se a isso, a apropriação e destruição de culturas e saberes nativos de povos originários e comunidades tradicionais.

As expropriações no campo se tornaram viáveis e massivas através da articulação entre o Estado brasileiro, a burguesia nacional (que tem suas raízes no campo) e o capital internacional. Os desdobramentos dessa aliança se materializam em expropriações e ofensivas contra os agricultores familiares e comunidades tradicionais que, não muito raro, se dão “[...] sob mecanismos de extermínio, violência e expulsão [...]” (Santos; Silva, 2021, p. 348), gerando situações de desigualdade e pobreza extrema para os povos atacados e expulsos (Santos, 2018). Assim, a luta pelo direito à terra expressa a desigualdade social e regional e se integra às expressões que configuram a questão social, tendo em vista as particularidades de uma economia, dependente e periférica, como a brasileira.

O relatório “conflitos no campo Brasil” (CPT, 2021) evidencia que a violência nas áreas rurais se concretiza em ameaças, violações de direitos e agressões físicas, além de extermínio e genocídio, a exemplo do trágico massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, que resultou na morte de 21 trabalhadores rurais e outras 79 pessoas feridas (Barbosa, 2020). Sendo assim, o agronegócio se tornou um pilar fundamental da acumulação de capital, recorrendo à apropriação de recursos naturais, à violência e à superexploração da força de trabalho, para produzir de forma intensiva e manter a competitividade no mercado global. A produtividade é elevada pelo uso abundante de agrotóxicos, destinados

aos pratos das famílias pobres, sob o argumento de ser a única forma de “produzir mais e barato”, afinal, “o agro é mesmo *pop*”!

Para agravar esse quadro, “em tempos de globalização, diversos mecanismos supranacionais se interligam nas redes e estruturas que compõem os processos moleculares de acumulação do capital” (Nascimento; Rodrigues; Santos, 2013, p. 4). A partir dessa lógica, as empresas de capitais estrangeiros também se inserem no campo brasileiro e mobilizam o cultivo de produtos para a exportação em larga escala, por meio do agronegócio. Então, grandes conglomerados financeiros mundiais compram terras brasileiras, estrangeirizando o território nacional e exportando nossos recursos naturais e nossa biodiversidade, numa acirrada espoliação de riquezas, conforme recomenda o receituário ultraneoliberal (Silva, 2021).

Outro fator importante é que, com as instalações dessas empresas no campo, as famílias são expulsas e acabam “[...] mudando para as áreas periféricas da cidade em busca de emprego, engrossando a massa de trabalhadores desempregados e subempregados [...]” (Dourado; Mesquita, 2010, p. 299) e instalam-se em áreas de risco, sob fortes ameaças de alagamentos e desabamentos, reiterando a íntima relação entre questão agrária e urbana.

Ultraneoliberalismo, pandemia e acirramento da correlação de forças no setor agrário

Para entender o ultraneoliberalismo, é preciso considerar que, diante da crise estrutural que vem se arrastando desde a década de 1970, o capital empreendeu as ofensivas de mundialização financeirizada, reestruturação produtiva e neoliberalismo, as quais implicaram na precarização do trabalho e desemprego estrutural; na retração da oferta de políticas públicas; na desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas; na privatização de instituições estatais; na liberalização dos mercados comerciais e financeiros; no endividamento público; na apropriação privada de fundos públicos etc. Mais recentemente, a crise de 2008 e seus desdobramentos vêm sendo evidenciados, por exemplo, por Silva (2021) e Lopes da Silva (2021), como ponto de partida para a fase ultraneoliberal do capital, a qual aprofunda as características supracitadas e agrega novas ofensivas, como o recrudescimento das expropriações e espoliações; uma profunda hostilidade à democracia e, no campo, o acirramento dos conflitos entre o agronegócio e a agricultura familiar.

O último relatório “Conflitos no Campo Brasil” da Comissão Pastoral da Terra evidencia o crescimento desses conflitos, desde 2013, alcançando 1500 ocorrências de conflitos por terra, em 2022, que envolveram mais de 725 mil pessoas e registraram 43 assassinatos. Já os conflitos por água alcançaram 225 ocorrências, envolvendo mais de 177 mil pessoas e contabilizando quatro assassinatos (CPT, 2023). Uma matéria no *Brasil de fato*, com o título

“O Agro não é *pop*”, traz um estudo indicando que até mesmo a fome no país é resultado do agronegócio e acrescenta, analisando dados do IBGE, que este setor é “[...] quem gera menos postos de trabalho com carteira assinada e tem o menor salário [...]. Então o discurso do agro que gera emprego e renda é uma falácia” (Moncau, 2021, s.n.p).

Segundo Nascimento, Rodrigues e Santos (2013, p. 6), com as tecnologias avançadas do agronegócio “[...] coexistem práticas rudimentares de exploração e humilhação do trabalho humano, isto quer dizer que o agronegócio não apenas retrai mão-de-obra como a usa de forma degradante em muitas situações”. Trata-se da superexploração da força do trabalho nos países periféricos (Carcanholo, 2008), que concilia o aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e a compressão dos salários, para compensar as inescapáveis transferências de valor entre os países dependentes e os países imperialistas, quanto também amplia a proliferação do trabalho em situação análoga à escravidão.

A Agência Câmara de Notícias (2023) afirma que, segundo o Ministério Público do Trabalho, entre 1995 e 2022, mais de 60 mil pessoas foram resgatadas da condição de trabalho análogo à escravidão no campo e a agropecuária é um dos setores que mais registra a prática do trabalho forçado, juntamente com os setores de construção civil e de confecções, nas cidades. Em 2023, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) bateu recorde, resgatando 1.443 trabalhadores do trabalho forçado, somente entre janeiro e junho (MTE, 2023).

Como já dito, o agronegócio é responsável pelas principais *commodities* agrícolas exportadas pelo país, tais como soja, milho, açúcar, café e algodão (Santos; Silva 2021). Estudos recentes indicam que, na conjuntura ultraneoliberal, mesmo lidando com as restrições da pandemia de Covid 19, as *commodities* brasileiras continuaram nutrindo fortemente o mercado externo e, “[...] nem a pandemia de COVID-19 foi capaz de impactar fortemente os índices de exportação das *commodities* brasileiras no mercado internacional”. Em novembro de 2020, por exemplo, “[...] a soja, carro-chefe das exportações brasileiras, já somava mais de 80 milhões de toneladas, fechando o ano com valores de 82,273 milhões de toneladas [...]” (Chaves, 2021, p. 26). Enquanto isso, a contaminação por agrotóxicos cresceu mais de 161,3%, no Brasil, apenas no primeiro semestre de 2022, e atingiu 376,5% mais famílias que em 2019. Em assentamentos de agricultores orgânicos, cerca de 5.637 famílias foram afetadas pela prática de uso de agrotóxicos do setor do agronegócio (MST, 2022 *apud* Ferreira, 2022), corroborando os desdobramentos nefastos da gestão ultraneoliberal do país.

Um elemento decisivo que fortalece a burguesia agrária e o avanço do agronegócio é a representatividade da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), bancada ruralista no Congresso Nacional, também conhecida como a “bancada do boi”. Há uma forte in-

fluência de representantes dessa elite agrária na mídia, especialmente como proprietários de canais de TV, muitas vezes, através de concessões estatais, que atuam e convergem para a criação de um cenário fictício, no qual seus interesses são socializados como vantajosos para toda a sociedade. A objetivação real dessa ficção é a expansão do agronegócio em detrimento das comunidades tradicionais; a ratificação da centralidade do Estado brasileiro em prol dos interesses dominantes e um processo maciço de expropriação dos trabalhadores em benefício do capital, que se acirrou sob as injunções do governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro.

Antes mesmo de sua posse, Bolsonaro já anunciava que, ao assumir o Executivo Nacional, empreenderia uma gestão pautada no “direcionamento antidemocrático, neoliberal e de extrema-direita” (Santos; Silva, 2021, p. 344). Foi nesse quadro que houve um acirramento ainda mais intenso da questão agrária brasileira, com o fortalecimento do agronegócio, supervalorizado pela gestão Bolsonaro, que, por outro lado, corroborava a visão da agricultura familiar como um setor inviável para o desenvolvimento econômico do país.

Assim, o conservadorismo do Governo Bolsonaro foi expresso, também, na intensificação das tensões existentes no campo brasileiro, uma vez que a elite reacionária e conservadora do agronegócio foi uma das suas grandes aliadas e beneficiadas. Vale salientar que “o conservadorismo é um traço constitutivo histórico do capitalismo e da sociedade brasileira, que conforma o *modus operandi* do Estado e os projetos políticos hegemônicos das classes dominantes subalternas ao capital internacional” (Santos; Silva, 2021, p. 350 — grifos do autor).

Todos os elementos nefastos do conservadorismo de Bolsonaro foram potencializados pelas suas condutas durante a pandemia: discursos negacionistas; propagação de *fake news*; adiamento da compra de vacinas; boicote ao isolamento social; ausência de subsídios aos trabalhadores autônomos e as arbitrárias tentativas de promover a “imunidade de rebanho”, relativamente alcançada em Manaus. Tudo isso culminou na morte de mais de 700 mil brasileiros, por Covid-19, e centros renomados de pesquisa, a exemplo do Idec/Oxfam Brasil, estimam que cerca de 305 mil mortes por Covid teriam sido evitáveis, no primeiro ano da Pandemia, caso o então Presidente Bolsonaro houvesse tomado as medidas cabíveis — isolamento social, subsídio aos trabalhadores, aquisição de vacinas etc. (Werneck *et al.*, 2021).

A população mais afetada pela pandemia foi a classe trabalhadora, com destaque para os desempregados, os trabalhadores autônomos e as frações em extrema pobreza, que necessitavam trabalhar. De outro lado, algumas empresas, a exemplo da Amazon, conseguiram aumentar exponencialmente seus lucros e, também, emergiam novos superbilionários no mundo. É escandaloso que os números acumulados por essas empresas e

novos bilionários tenham chegado a US\$ 3,9 trilhões, ampliando as desigualdades sociais (Amaral, 2021).

Infere-se que, com a agenda econômica e política do ultraneoliberalismo, o conservadorismo de Bolsonaro e a ocorrência da pandemia, os desafios dos trabalhadores rurais – atrelados à problemática da acumulação de terras pelo latifúndio e pelo agronegócio – transbordaram para um aumento significativo da violência no campo e ratificaram a histórica e “inegável complacência com ações ilegais e violentas relacionadas ao agronegócio e à atividade mineradora, setores do capital cujos interesses, há décadas, provocam conflitos socioambientais no território nacional, em especial na Amazônia” (Santos; Silva 2021, p. 344).

Durante a gestão Bolsonaro no contexto pandêmico, o agronegócio bateu recorde de produção e continuou exportando, enquanto o desemprego se mantinha crescente no setor (Moncau, 2021). De acordo com Santos e Silva (2021, p. 351), o agronegócio foi privilegiado mediante alterações nas medidas econômicas e legislativas, possibilitando um crescimento nas terras disponíveis para a exploração desse setor, inclusive, “[...] avançando sobre terras públicas da União, Unidades de Conservação, comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos”. Como exemplo, houve a proposição do Projeto de Lei 510/21 (ou “PL da grilagem”), que visava tornar lei a Medida Provisória (MP) 910/19, oportunizando o aumento de posse de terras públicas pelos setores do agronegócio e do garimpo, principalmente na Região da Amazônia.

Em contrapartida, na agricultura familiar, houve uma contração, prejudicando toda a cadeia de produções do setor, pois, dependendo “[...] das cadeias curtas e dos mercados locais de abastecimento”, a agricultura familiar se fragilizou diante da “[...] perda do poder de compra dos consumidores, do desemprego crescente no país e da suspensão e fechamento de mercados tradicionalmente acessados”. Assim, 51% dos produtores da agricultura familiar afirmaram, em julho de 2020, que a perda mensal das receitas brutas das famílias ficou entre 35% e mais de 40%, a depender do estado e da região do país, revelando a “exposição desacobertada” da agricultura familiar (Schneider *et al.*, 2020, p. 175), que é o primeiro setor a receber as sequelas de qualquer situação adversa, como foi a pandemia de Covid-19.

No plano político, apesar da perda de Bolsonaro no pleito eleitoral, estudiosos advertem que as eleições de 2022 fortaleceram a influência da “Bancada do Boi” no Congresso Nacional, sendo 65% a taxa de reeleição de seus candidatos representativos. O intuito dessa frente parlamentar é alcançar novos aliados durante a legislatura, para fortalecer e defender o agronegócio e, também, defender pautas conservadoras relativas à família (Resende, 2022). Desse modo, as representações parlamentares que compõem a chamada “bancada BBB”: do boi, da bala e da bíblia, pretendem aumen-

tar seu poderio histórico e, para isso, por um lado, defendem e aprovam mecanismos de expansão do armamento no campo e, por outro, propõem criminalizar as ações dos movimentos sociais (Lacerda, 2022). Esses são os principais efeitos do ultraneoliberalismo sobre a correlação de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio, especialmente sob a gestão ultraneoliberal de Jair Bolsonaro no contexto da Pandemia de Covid-19.

Considerações finais

Na perspectiva de compreender as correlações de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio sob as inflexões do ultraneoliberalismo no contexto pandêmico, nossas análises levantaram pontos importantes da formação social brasileira e da questão agrária no país, ressaltando, a acumulação primitiva, o colonialismo, o latifúndio e a escravização, como determinantes das particularidades de nossa economia, dependente e periférica.

A análise da contínua expropriação e exploração dos trabalhadores levou em consideração que a terra sempre foi o principal meio de produção que, recorrentemente, é expropriada dos povos originários e dos trabalhadores do campo. A emergência e a reprodução ampliada do capital, desde o período da acumulação primitiva até os dias atuais, lança mão da violência como mecanismo de execução dessa expropriação e exploração.

Verifica-se que, quando comparada à forma de produção do agronegócio, a agricultura familiar se distingue em diversos aspectos, seja na extensão da propriedade, no uso da terra, seja no acesso ao apoio governamental e midiático, seja no acesso a subsídios financeiros. Isto porque é o agronegócio que usufrui desses benefícios, enquanto a agricultura familiar não usufrui, porém, emprega de forma mais digna seus trabalhadores, faz manuseio reduzido de agrotóxicos e abastece de alimentos, prioritariamente, o mercado interno e a população brasileira.

O cenário desastroso do Governo Jair Bolsonaro, recrudescido pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19, acirrou discrepâncias e contradições entre os setores da agricultura familiar e do agronegócio, em prejuízo da primeira. A derrota de Bolsonaro no pleito de 2022, inclusive, não foi suficiente para reverter o avanço da violência no campo, posto que os parlamentares da “bancada BBB” conseguiram se reeleger e certamente darão continuidade às suas pautas conservadoras e reacionárias.

Diante do exposto, ratificamos o desafio do Serviço Social apropriar-se cada vez mais das discussões sobre a questão agrária brasileira, a qual demanda o aprofundamento e ampliação de estudos e pesquisas, como também requer intervenções e proposições qualificadas, desafiando-nos a colocar esta temática em pauta no debate profissional.

Contribuições dos/as autores/as: As autoras participaram integralmente na concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) pelo apoio recebido através do edital de nº 07/2021 para concessão de quotas de bolsas de mestrado doutorado e pós-doutorado acadêmicos.

Agência financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq).

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

AMARAL, A. S. do. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19 n. 48, pp. 57-69, 2º sem. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Brasil bate recorde de trabalho escravo e deputados sugerem propostas, força-tarefa e até CPI*. 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/949504-brasil-bate-recorde-de-trabalho-escravo-e-deputados-sugerem-propostas-forca-tarefa-e-ate-cpi/>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARBOSA, C. *Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: “Um dia para não esquecer”*. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 05 maio 2023.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, Rio de Janeiro, pp. 247-272, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CHAVES, P. R. “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. In: Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2022*. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

DOURADO, J. A. L.; MESQUITA, H. A. de. Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA). *Revista IDEAS*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 291-311, jun./jul. 2010.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, M. *Contaminação por agrotóxicos cresce 161,3% no país em 2022, diz CTP*. MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/11/03/contaminacao-por-agrotoxicos-cresce-1613-no-pais-em-2022-diz-cpt/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GHIZELINI, A. A. M.; ARAGUÃO, L. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. *Sinais*, Espírito Santo, v. 1, n. 23, pp. 90-111, 2019.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LACERDA, M. B. “Bancada da bala”: foram eleitos 48 deputados policiais e militares. *Diplomatique*, 21 out. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/bancada-da-bala-foram-eleitos-48-deputados-policiais-e-militares>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LOPES DA SILVA, M. L. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.41326>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MARX, K. A teoria moderna da colonização (capítulo 25). In: MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política - Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

MONCAU, G. “O Agro não é pop”: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. *Brasil de fato*, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MTE. *MTE resgatou 1.443 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023*. MTE, 16. jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/mte-resgatou-1-443-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>. Acesso em: 06 out. 2023.

NASCIMENTO, S. M. V.; RODRIGUES, F. C.; SANTOS, N. A. dos. Agricultura familiar, agronegócio, e a produção das trabalhadoras rurais: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. In: *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2013, São Luís. Anais Eletrônicos [...] Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013>. Acesso em 26 out 2022.

OLIVEIRA, C. L. F. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, Minas Gerais. v. 1, n. 2. p. 20-35, jul./dez. 2015.

RESENDE, T. *Reeleição da bancada ruralista chega a 65%, e líder espera novas adesões em 2023*. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/reeleicao-da-bancada-ruralista-chega-a-65-e-lider-espera-novas-adesoes-em-2023.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SANTOS, J. S.; SILVA, E. M. da. “Agro acima de tudo, minério acima de todos”: as ameaças do Governo Bolsonaro às áreas legalmente protegidas na Amazônia. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 343–366, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44866>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SANTOS, J. F. A. *A relação da questão agrária com a questão social brasileira: um solo de expressões para o Serviço Social*. 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-45578-15062018-192850.pdf. Acesso em: 04 mar de 2022.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Texto para discussão. Embrapa informação tecnológica. Brasília, 2008.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados* [online]. v. 34, n. 100, pp. 167-188, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SERAFIM, M. P. *Agricultura Familiar: uma “Análise Política” das Políticas e Instituições*. 280 fls. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, S. S. de S. Expressões contemporâneas do Imperialismo e desafios à sua análise. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/78015/46585>. Acesso em: 11 abr. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 11 abr. 2024.

WERNECK, G. L. *at al.* *Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil*. Idec/Oxfam Brasil, 2021.